

Recensões

Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (1994, 2003, 2009). *The program evaluation standards; The student evaluation standards & The personnel evaluation standards.*

Produto de um trabalho extenso, alargado, aturado, mo-roso, abnegado e rigoroso, que conduziu a um consenso abrangente no seio da comunidade educativa norte-americana, sem dúvida por força da participação empenhada e representativa das grandes organizações científicas e profissionais da educação dos Estados Unidos da América (e, também, do Canadá), os três conjuntos de standards, publicados pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (JCSEE), constituem, por força desse esforço, no seio de uma vasta nação, e pelo lugar que a produção desse país ocupa no plano científico e profissional mundial, uma referência incontornável para todos aqueles cuja actividade laboral envolve directamente a avaliação, sobretudo no âmbito educativo, mas, também, para todos quantos por ela são afectados, o que eleva bastante mais o seu alcance.

De facto, desde a primeira publicação, em 1981, associações de avaliação de países dos quatro cantos do planeta começaram a introduzir orientações, princípios e padrões profissionais desenvolvidos com base (ou com inspiração) neles (Simons, 2006). Segundo esta autora, os standards do JCSEE são os mais exaustivos e extensamente publicados, tendo, na Europa, sido, inclusivamente, adoptados e/ou adaptados pela Sociedade Suíça de Avaliação e pela Sociedade Alemã de Avaliação, enquanto, na Oceania, alicerçaram o debate em torno dos códigos de conduta profissional na Sociedade Australasiática de Avaliação.

SURGIMENTO E OBRA DO COMITÉ MISTO PARA OS STANDARDS DE AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Em 1974 um comité indigitado pela Associação Americana de Investigação em Educação (AERA), pela Associação Americana de Psicologia (APA) e pelo Conselho Nacional de Medida em Educação (NCME), completou a revisão da edição de 1966 dos *Standards de Testes e Manuais de Psicologia e Educação*, publicados pela Associação Americana de Psicologia (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, 1994). Esse comité considerou que incluir uma secção sobre avaliação nos standards dos testes extravasava o quadro da revisão, pelo que recomendou a constituição de um outro comité para tratar o assunto. As três organizações formaram um novo comité, que reuniu pela primeira vez no Outono de 1975 e estendeu os seus membros a mais doze organizações nacionais interessadas na qualidade da avaliação em educação.

Em 1981 foi publicada a primeira edição dos *Standards de Avaliação de Programas, Projectos e Materiais Educativos* (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, 1981), a cuja revisão, de 1994, nos reportamos aqui; em 1988, surgiu a primeira edição dos *Standards de Avaliação do Pessoal da Educação* (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, 1988), revistos em 2009, e em 2003 conhecem a luz do dia os *Standards de Avaliação de Estudantes*, que remetem principalmente para a avaliação interna, quotidiana, efectuada pelo professor na escola, continuando a avaliação externa e em larga escala a ser mais abrangida pelos *Standards dos Testes de Psicologia e Educação*, revistos em 1999 (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, 2003).

De facto, os standards (todos e cada um deles) resultam de um rigoroso processo de elaboração e teste, que inclui painéis de formulação, painéis de revisão, testes

de terreno, consultas públicas e painéis de validação, e participam de uma filosofia de revisão periódica, que permite acolher os avanços técnicos e científicos constantes e responder aos novos desafios e exigências que se perfilam no terreno da avaliação.

NATUREZA, ESTRUTURA E IMPORTÂNCIA DOS STANDARDS DE AVALIAÇÃO

Os standards definem os princípios consensualmente aceites pelos profissionais da avaliação, que, se observados, garantem a qualidade da avaliação e a prática profissional adequada, mas eles constituem princípios orientadores e não padrões técnicos específicos, ou regras mecânicas, a empregar automaticamente, seguindo o manual de instruções, até porque não são igualmente importantes e aplicáveis em todas as situações e, por vezes, podem entrar em competição ou em conflito entre si. A sua aplicação exige qualificação e juízo profissional e os livros dos standards não substituem a bibliografia da especialidade, a formação em avaliação, a experiência profissional, a análise aprofundada e a reflexão crítica, para se poder, em cada caso, encontrar um equilíbrio que não ponha em causa nenhum dos quatro grandes atributos que representam. A utilidade da avaliação, compreende, inclusivamente, um standard de “qualificação e competência do avaliador”, necessária a uma avaliação de qualidade, que se fará reconhecer como tal, abrindo-a à aceitação geral, condição indispensável à sua consideração no plano das decisões cuja agenda impunha, à partida, a convocação da avaliação. Por conseguinte, apesar de representarem o estado da arte no âmbito do trabalho de avaliação e de contribuírem para promover a qualidade da avaliação, por si só não garantem essa qualidade (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, 1994), como a leitura dessas obras evidenciará. Eles constituem um quadro de referência que reflecte as boas práticas em avaliação, mas a sua utilização apela à mobilização do saber que os corporiza, que eles expressam, mas que os transcende, apesar de os suportar e de lhes estar subjacente.

Os livros dos standards, e cada um dos padrões *de per si*, são apresentados, no entanto, de acordo com uma estrutura que facilita grandemente a compreensão dos princípios envolvidos (e que melhorou, em clareza, do século passado para o presente século, se compararmos a obra de 1994 com as de 2003 e 2009). De facto, após uma apresentação geral dos standards, seu enquadramento institucional, processo de desenvolvimento, lógica de utilização e usos potenciais, são apresentados detalhadamente (por grupos) os diversos standards, começando por uma sucinta enunciação, descrição, definição e explicação, ou justificação e fundamentação, a que se seguem orientações (mesmo que não exaustivas

nem absolutamente obrigatórias, ou a seguir cegamente em todas as ocasiões), que promovem a sua realização. Sucedem-se-lhes os erros que é mais comum cometer, podendo comprometer a qualidade da avaliação nesse particular, após os quais se apresentam casos ilustrativos, que correspondem a exemplos de situações práticas extraídas da vida real e que mostram como o standard em causa foi, ou não, aplicado, as condições em que tal ocorreu, as consequências que daí advieram e como poderiam ser evitadas, ou que acções poderiam, ainda, empreender-se para melhorar a sua concretização (e, consequentemente, a avaliação).

A leitura dos livros dos standards proporciona, assim, uma perspectiva ampla, rica, diversificada, realista e perspicaz da complexidade, intensidade e dificuldades da actividade de avaliação em todas as suas fases, planos e dimensões, assim como dos seus condicionalismos, determinantes, desafios e exigências, que os standards ajudam a equacionar, articular, ponderar e equilibrar, no quadro das decisões internas ao próprio trabalho do avaliador e ao processo de avaliação.

Com efeito, os standards ajudam na planificação da avaliação, na selecção entre planos de avaliação alternativos (até em relação com os recursos necessários e disponíveis), na monitorização, regulação e controle da implementação da avaliação, na avaliação de relatórios avaliativos, na própria avaliação da adequação e da qualidade global da avaliação, a meta-avaliação, representando, igualmente, uma agenda de questões de investigação sobre a avaliação, que se repercutirá, indubitavelmente, na melhoria geral da actividade de avaliação. Os livros dos standards constituem, por conseguinte, um valioso recurso também na formação em avaliação e na qualificação dos avaliadores.

AS QUATRO CATEGORIAS DE STANDARDS DE AVALIAÇÃO

Relativos a três domínios centrais das práticas de avaliação — 1) pessoal; 2) estudantes; 3) programas —, os três conjuntos de standards, em grande parte comuns (como se pode ver no quadro 1), relevam dos mesmos quatro grandes atributos de uma avaliação de qualidade: 1) adequação ética; 2) utilidade; 3) exequibilidade, e 4) rigor, ou exactidão. Eles são expressão de uma perspectiva unificada e consistente da avaliação educacional, que justifica uma análise conjunta das três obras do JCSEE, entidade para quem os três livros apresentam relações muito fortes, devendo, apesar de destinados a diferentes audiências, ser usados em conjunto (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, 2003). São, aliás, inúmeros os exemplos das relações entre a avaliação das aprendizagens, a avaliação do desempenho dos profissionais de educação e a avaliação de programas (projectos e políticas).

QUADRO 1
OS TRÊS CONJUNTOS DE STANDARDS

STANDARDS DE AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES	STANDARDS DE AVALIAÇÃO DO PESSOAL	STANDARDS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS
Standards de Adequação Ética		
Serviço aos Estudantes	Orientação de Serviço	Orientação de Serviço
Políticas e Procedimentos Apropriados	Políticas e Procedimentos Apropriados	Acordo Formal
Acesso à Informação Avaliativa	Acesso à Informação Avaliativa	Divulgação dos Resultados
Tratamento dos Estudantes	Interação com os Avaliados	Interação Humana
Direitos dos Estudantes	Viabilidade Legal	Direitos da Pessoa Humana
Avaliação Equilibrada	Avaliação Abrangente	Avaliação Completa e Justa
Conflito de Interesses	Conflito de Interesses	Conflito de Interesses
		Responsabilidade Fiscal
Standards de Utilidade		
Orientação Construtiva	Orientação Construtiva	
Usos e Utilizadores Definidos	Usos Definidos	Identificação dos <i>Stakeholders</i>
Alcance da Informação		Alcance e Seleção da Informação
Competência do Avaliador	Competência do Avaliador	Credibilidade do Avaliador
Valores Explícitos	Critérios Explícitos	Identificação dos Valores
Relatórios Eficazes	Relatórios Funcionais	Clareza dos Relatórios
		Conclusão Atempada dos Relatórios e sua Disseminação
Follow-up	Follow-up e Desenvolvimento Profissional	Impacto da Avaliação
Standards de Exequibilidade		
Orientação Pragmática	Procedimentos Pragmáticos	Procedimentos Pragmáticos
Viabilidade Política	Viabilidade Política	Viabilidade Política
Apoios à Avaliação	Viabilidade Fiscal	Relação Custo-Eficácia
Standards de Rigor/Exactidão		
Orientação para a Validade	Pareceres Válidos	Informação Válida
Expectativas Definidas para os Estudantes	Expectativas Definidas	Documentação do Programa
Análise do Contexto	Análise do Contexto	Análise do Contexto
Procedimentos Documentados	Propósitos e Procedimentos Documentados	Propósitos e Procedimentos Descritos
Informação Defensável	Informação Defensável	Fontes de Informação Defensáveis
Informação Fiável	Informação Fiável	Informação Fiável
Identificação e Gestão de Tendências/ Deturpações	Identificação e Gestão de Tendências/ Deturpações	Relatório Imparcial
Processamento da Informação e Controle de Qualidade	Controle Sistemático dos Dados	Informação Sistematizada
Análise da Informação	Análise da Informação	Análise da Informação Quantitativa
		Análise da Informação Qualitativa
Conclusões Justificadas	Conclusões Justificadas	Conclusões Justificadas
Meta-Avaliação	Meta-Avaliação	Meta-Avaliação

Nota: Não se inclui a numeração dos standards para melhor alinhar os três conjuntos. Nos standards da avaliação de programas, de resto, em primeiro lugar são referidos os de utilidade, logo seguidos dos de exequibilidade, provavelmente por não estarem pessoas tão no centro da avaliação, e, por outro lado, por a utilização da avaliação de programas se mostrar mais problemática (porventura por a relação entre a avaliação e a tomada de decisões estar menos estruturada, estabelecida e institucionalmente ligada que nos outros dois casos, marcados por ciclos de decisões regulares perenes).

De resto, cada standard pode relevar de mais do que um dos quatro atributos (apesar de ser categorizado naquele que reflecte a sua ênfase principal) e observam-se sobreposições entre eles, mostrando-se inter-relacionados e complementares, indubitavelmente por a própria avaliação se revelar, por natureza, uma actividade complexa e sistémica. Por esse facto, mesmo que no quadro 1, por vezes, pareça existir algum standard omisso num dos conjuntos, uma leitura global mostra a sua presença inegável no seio dos princípios orientadores de uma avaliação de qualidade (mesmo que a ênfase deva ser posta nos quatro grandes atributos da avaliação e não nos standards individualmente considerados).

Desenvolvidos nos EUA e baseando-se nos ideais, leis, sistema educativo e circunstâncias desse país, estes standards não deixam de apresentar uma filosofia prática de avaliação universalmente aceite, sobretudo no mundo ocidental, colocando como objectivo último a promoção e a defesa da qualidade dos serviços educativos. Será por essa razão que são apresentados e discutidos (pelo JC-SEE) em primeiro lugar os standards de adequação ética e de utilidade da avaliação.

Os standards de adequação ética propõem-se assegurar que a avaliação é conduzida eticamente, legalmente e no respeito pelo bem-estar de todos os envolvidos e por ela afectados, colocando acima de tudo a “orientação de serviço”, que zela, em última análise, pela satisfação das necessidades educativas dos educandos e, através deles, da comunidade e da sociedade em geral. É por isso que os “conflitos de interesses” devem ser evitados e geridos de modo a que o avaliador seja isento, independente e imparcial, não beneficiando (nem sendo prejudicado) com qualquer resultado que a avaliação possa produzir.

Os standards de utilidade procuram assegurar que a avaliação é usada, o que supõe a resposta às necessidades de informação dos utilizadores, de modo claro e em tempo útil, bem como uma “orientação construtiva”, que conduza à recomendação, planificação (implementação, inclusivamente) acompanhamento e avaliação de “acções de follow-up”, destinadas a consolidar e desenvolver os aspectos fortes e/ou a eliminar, corrigir e melhorar os aspectos fracos, assim configurando o “impacto da avaliação”.

Os standards de exequibilidade pretendem garantir que a avaliação tem condições políticas e materiais para ser implementada como planeado e pretendido, o que exige diplomacia e procedimentos que não estorvem ou interfiram com as actividades educativas (objecto de avaliação), que sejam práticos e que possam mobilizar os apoios e recursos necessários.

Os standards de rigor, ou exactidão, prendem-se com a produção de uma informação fiável, representativa e abrangente, que permita interpretações válidas, conclusões justificadas e “acções de follow-up” apropriadas, assumindo, neste quadro, a “meta-avaliação” uma importância incontornável.

Como se vê, cada grupo de standards abarca um aspecto essencial da avaliação, que, contudo, mantém com os restantes uma forte interdependência, obrigando à consideração do conjunto global em cada avaliação particular.

CONCLUSÃO: TRÊS OBRAS OBRIGATÓRIAS NO DOMÍNIO DA AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Por tudo o que acima se expôs, não poderá deixar de concluir-se que estas três obras, mesmo depois de devidamente situadas no contexto educativo, legal, social, político e económico que lhes deu origem, constituirão leitura (e recurso) indispensável para todos aqueles que se interessam pela avaliação, sobretudo se têm um contacto com essa actividade por motivos profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION (1981). *Standards for evaluations of educational programs, projects and materials*. New York: McGraw-Hill.
- JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION (1988). *The personnel evaluation standards. How to assess systems for evaluating educators*. Newbury Park: Sage Publications.
- JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION (1994). *The program evaluation standards, 2nd edition. How to assess evaluations of educational programs*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION (2003). *The student evaluation standards. How to improve evaluations of students*. Thousand Oaks: Corwin Press, a Sage Company & Educational Policy Leadership Institute.
- JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION (2009). *The personnel evaluation standards. How to assess systems for evaluating educators, 2nd edition*. Thousand Oaks: Corwin Press, a Sage Company.
- SIMONS, H. (2006). Ethics in Evaluation. In I. F. SHAW; J. C. GREENE & M. M. MARK (eds.), *The Sage Handbook of Evaluation*. London: Sage, pp. 243-265.

PEDRO RODRIGUES

prodrigs@ie.ul.pt

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Rodrigues, Pedro (2009). Recensão das obras “The program evaluation standards”; “The student evaluation standards” & “The personnel evaluation standards”, do Joint Committee on Standards for Educational Evaluation [1994, 2003, 2009]. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 09, pp. 115-118. Consultado em [mês, ano], em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>